

Editorial

O dossiê privilegiado neste número da Revista Pro-Posições - “Conhecimento e Educação em Saúde” - traz, para um mesmo espaço, discussões e desafios que se fazem presentes na educação das diversas profissões na área da saúde.

A temática sugerida pelo dossiê propicia uma interface entre campos bastante complexos: a Saúde, a Educação e o Conhecimento; uma zona fronteira em que nem todas as áreas possuem uma produção consolidada, reiterando a importância de fomentar debates e produção de conhecimentos que explicitem e questionem os rumos que estão sendo tomados nos processos de formação e no exercício profissional. Vozes de diferentes lugares, de diferentes sujeitos, com diferentes perspectivas poderão se fazer ouvir por outros, num processo de construção que enseja práticas de saúde mais solidárias, democráticas e humanas.

Como em outras áreas, verifica-se, também na saúde, movimentos - tanto nos processos de formação profissional quanto nas práticas - demandados por diversas instâncias, entre elas: reflexões e lutas dos profissionais que buscam privilegiar outros modelos de formação e práticas, comprometidos com as necessidades da maioria da população; o papel cada vez mais ativo dos cidadãos na conquista de seus direitos sociais, exemplificado pela efetivação do controle social do Sistema Único de Saúde; interesses, tensões e contradições presentes nas propostas de políticas públicas, inseridas num modelo político-econômico e social.

É possível afirmar que as profissões da área da saúde predominantemente se voltam para um “território” - o homem, particularmente o corpo humano, - que, no século XIX, com a organização disciplinar do conhecimento e as especialidades, passa a ser visto por partes, num processo de esquadrinhação, com a anatomia e a fisiologia dando bases para a atenção à saúde moderna. Historicamente, inclusive nos dias atuais, essas profissões vão-se configurando: constituindo campos de saberes, hierarquizando-os, dividindo o processo de trabalho em saúde, assumindo práticas, delimitando territórios, abrigoando tensões e relações de poder. No entanto, presenciavam-se também trabalhos mais coletivos, compartilhados, que buscam parcerias entre os profissionais e a população, o que não impede que algumas das bandeiras assumidas por esses movimentos estejam nos discursos e políticas oficiais, mas com interesses distintos.

Este campo, como outras áreas sociais, sofre as vicissitudes de um modelo econômico-político hegemônico, em que o Estado ocupa uma posição cada vez mais periférica na assunção de compromissos com políticas públicas que con-

templem as necessidades da sociedade, o que revela a intenção explícita de redução dos gastos públicos.

É possível perceber também uma sintonia de aspectos das políticas internacionais com as formas de organização dos serviços de saúde: o Estado assume ações preventivas no campo da saúde coletiva junto aos centros de saúde e dispensa atenção mais complexa, concentrada nos hospitais-escola ou conveniados pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Por sua vez, o setor privado passa a ocupar um espaço cada vez maior com os seguros de grupo, as cooperativas médicas e odontológicas, a medicina de grupos, as indústrias farmacêuticas, o denominado clássico modelo liberal-privativista.

Essas formas de organização das práticas de saúde convivem de maneira mais ou menos tensionadas com uma multiplicidade de outras práticas presentes na sociedade contemporânea, assumindo outras formas de compreender e fazer saúde, que se expressam por condições subjetivas (representações, crenças, percepções...) e objetivas (condições sociais, econômicas, políticas...) voltadas para indivíduos e/ou grupos.

Por outro lado, há uma grande produção de conhecimentos científicos especializados, avanços tecnológicos laboratoriais, terapêuticos, instrumentais, que dão respaldo principalmente às ações hospitalares, mas que necessariamente não estão ao alcance da maioria da população. Tal modelo de atenção à saúde gera desigualdade de acesso para a população.

Para fazer frente às conseqüências que este modelo acarreta para uma grande parcela da população, é importante que os educadores em saúde participem de propostas de atenção à saúde compromissadas com outras formas de organização, de prestação e distribuição dos serviços de saúde e que incluam, nos processos de formação dos profissionais da área, estas discussões políticas, sociais e culturais.

A partir do final da década de 70, e de maneira mais pronunciada nas décadas de 80 até os dias atuais, vários acontecimentos, quer no âmbito de políticas públicas e sociais - a Declaração de Alma Ata (1978), Carta de Otawa (1986), o Movimento da Reforma Sanitária (anos 80) e a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), que deram bases para a formulação e construção de uma nova política de saúde, com uma compreensão mais ampliada do processo saúde-doença, culminando com a criação do SUS e a conquista da inserção, na Constituição de 1988, da saúde como um direito do cidadão - quer no âmbito da educação, com a Lei de Diretrizes e Bases no. 9394/96 do MEC, as Diretrizes Curriculares para a área da Saúde e as Diretrizes Curriculares específicas, vêm contribuindo para movimentar os paradigmas presentes no processo de formação dos profissionais de saúde.

Vários fóruns de discussões, como o SENADEN - Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem no Brasil -, a CINAEM - Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação de Ensino Médico - e a ABENO - Associação Brasileira de Ensino Odontológico -, organizaram-se na década de 90 para discutir o processo de formação dos profissionais de saúde e apoiar as discussões que ocorriam nas Comissões de Especialistas junto ao Conselho Fe-

deral de Educação, atual Conselho Nacional de Educação, que, em determinadas instâncias institucionais, reuniu, num mesmo momento, representantes das diversas profissões de saúde.

Acredito que o processo de discussão das diretrizes curriculares, presente nos cursos de graduação, acabou condicionando a escolha do recorte temático na maioria dos textos que compõem o dossiê deste periódico.

Alguns textos explicitam como, em certas áreas, determinados nortes/eixos que ainda se fazem presentes nos cenários de formação profissional remontam a uma tradição tecida historicamente, denunciando o predomínio da racionalidade técnico-instrumental, o recorte epistemológico geralmente médico-biológico e o cuidar centrado na área hospitalar, revelado pelo modelo flexineriano ainda presente em diversos cursos.

Para superar essas questões, no âmbito do processo de formação, alguns autores mencionam a importância de articular as faculdades com os serviços de saúde; de considerar os diferentes perfis epidemiológicos e a complexidade das diferentes realidades de atuação; de vivenciar processos educativos em que os sujeitos tenham uma postura crítica e participante, colaborando com as transformações necessárias na área da saúde e de, em termos das políticas, obter uma maior participação da população no processo de gestão da saúde e no controle social desse espaço.

Na tessitura que os autores fazem de aspectos históricos, políticos, sociais, legais, dos processos de formação específicos, de gênero, dos espaços de trabalho, dos movimentos das associações e das comissões de ensino emergem preocupações e possibilidades de mudanças que apresentam algumas similitudes. Entre elas está presente a perspectiva de uma educação crítica, criativa, que resgate os aspectos humanistas e o pressuposto do trabalho interdisciplinar.

Se há algumas singularidades nas discussões que os autores trazem das diversas profissões, também está presente em todas elas o desejo de mudança, de buscar outras paisagens, de realizar leituras polissêmicas, de construir outras histórias. Neste sentido, acredito que reunir neste dossiê autores das diversas profissões da saúde poderá permitir uma visão plural das mesmas, ampliando os canais de interlocução. Sair das especificidades, estabelecendo interfaces com outras áreas, eis um desafio que está colocado no horizonte destas práticas.

Este pode revelar-se um caminho profícuo para a construção de um projeto coletivo, democrático e comprometido com as necessidades sociais e de saúde. Fica aqui o convite para que estas interações continuem.

Maria Helena Salgado Bagnato
Laboratório de Estudos e Pesquisas em
Práticas de Educação e Saúde - PRAESA